

e a gente precisa conscientizar e perceber da importância dessa informação, pois precisamos de consistência para que o advogado possa fazer os cálculos. Foram submetidos aos membros os gastos e prestações de contas. Nos investimentos existem de época o lucro no tempo pre definido, se tiver qualquer tipo de problema além do lucro terá que lidar com o gestor administrador e custodiante que faz encaixas em um fundo de investimento e uma taxa e o novo instituto está dizendo por que ele tem normalmente de lucro, mais como o fundo perdeu tudo eles não temam de onde tirar seus pagamentos, recebemos 02 notificações extrajudiciais de fundos de investimentos 01 foi da Stad. Hospital que no administrador do fundo Luis Mauz e uma cobrança do Fenon. Nos vamos em algum momento sacar com uma conta, foi para o parcelamento para o Rápido que voluntariamente não cai por pagar, pois não existe legalidade para tirar recursos para uma finalidade alheia que não seja previdência. O recurso é taxativo a finalidade dele é pagar benefícios a único exceto e a taxa de administração somente. Dentro da taxa de administração se for por pagar mais 100 mil reais em uma decisão para cobrir algum contrato, então vamos esperar o instituto ser executado judicialmente até que o juiz determine a penhora, pois não cai por decisão de decisão judicial que terá que ser cumprida por que o instituto não cai ter defesa.

Mauro de Freitas Muniz

~~Mauro de Freitas Muniz~~  
 Darlene Maria Lopez

Evandro Allison Almeida de Oliveira

~~Antonio de Jesus de Jesus~~

(aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2023 (dois



mil e vinte três) no Instituto de Previdência dos  
servidores Públicos Municipais de São Gonçalo do Amarante  
deu-se início a reunião do Conselho Municipal  
de Previdência com a presidente Dra. Camille Uroz.  
Num primeiro momento a gente tinha agendado  
uma reunião para o dia 21 de fevereiro de 2023  
que é carnaval, como tínhamos em um curto prazo  
de tempo essa reunião e a que estava agendada  
que não vai poder ocorrer então foi antecipada, essa  
antecipação acabou culminando com a apresentação de  
uma situação que ocorreu e que agente possui a  
associação do conselho para que se concretize, a reunião  
está sendo gravada para facilitar a elaboração  
do ato, para que se eventualmente for contestado  
alguma coisa possa ser consultado e hoje estamos  
com a presença do presidente do Instituto de Previdên-  
cia o Sr. Raízi que é vice presidente do conselho que  
representa o poder Legislativo da representante dos  
servidores ativos que é a Marcia Alizon, que também  
é representante dos servidores ativos, a Adécio que é  
representante dos servidores inativos na condição de  
suplente como a titular não pode vir, nada obsta  
que o suplente participe de todas as reuniões, nas  
últimas reuniões passadas sempre comentando sobre  
os fundos de investimento que nós temos, que temos  
nos sete fundos ilíquidos, aqueles estabelecidos,  
aqueles da cascata da Lav Moura, tivemos cinco  
fundos o recurso foi distribuído para cinco fundos,  
nós temos uma cascata que se denomina Finor  
foram investidos em dois fundos de recursos, foi investido  
um em 2018 e um investimento em 2020, o prime-  
iro investimento foi feito regular e os outros foram  
feitos irregulares, por que foi publicado uma relação



escrutinada de instituições que podiam ser gestoras  
 e administradoras de fundos que tivessem como  
 investidor os RPPS e a teron ela na época esse  
 pré-requisito, o primeiro investimento foi feito por  
 que a consultoria fosse informada e nos outros três  
 o segundo ela comunicou a compra de valores  
 mobiliários que o investimento tinha sido feito  
 sem conhecimento da consultoria, pois ela responde  
 também e os outros três foram feitos sem comu-  
 nicar e com a ciência que o gestor já tinha que  
 não poderia fazer por que eles não tinham insti-  
 tuções que tivessem nessa lista, nessa cascata foram  
 investidos sete milhões, recursos do fundo previdenci-  
 ário, todas as transações os TEBs foram feitos, e  
 desde que assumimos aqui a gente vem participando  
 das reuniões de cotistas, são pessoas que se percebe  
 que tá lidando pra algumas decisões por que a  
 gente não tem voto maioritário então não temos maioria.  
 Como não temos essa maioria ficamos prejudicados em  
 muitas situações, foi contratado o Sr. Bruno, ele  
 é especialista em mercado de capitais, ele atua, ele  
 vem acompanhando os novos investimentos relativos a  
 fundos estruturados desde maio de 2011. Fundos estrutu-  
 rados são fundos que estão com problemas financeiros,  
 receberam recursos, foi investimento de regimes próprios  
 de previdência, então aqui no Senai São Gonçalo do  
 Amarante e Maracanãil que investiram nesses fundos  
 Genes e Fontine, quando esses fundos começam a ter  
 problemas de liquidez são chamados fundos estruturados.  
 Nós estamos trabalhando um acordo, por que já perdemos  
 vinte milhões de reais relativos aos investimentos da Cia  
 Caixa do Brasil e aí senai mais sete milhões de reais  
 que incansavelmente tentando contato para ver o que



se consegue fazer para reaver em recurso e o Dr. Bruno fez contato com um colega advogado que representa as empresas que são ativas desses fundos que foi liquidado que é o Tenon que este investiu no Fontiner, tem cotas do Fontiner Hille Fibranimo relativo a cascata do Tenon, nós estamos sempre reunidos e do meio do ano passado até agora a gente vem trabalhando um possível acordo de descolocações desse valor corrigido, não com valores que viamos ter se o fundo tivesse finalizado da forma correta. Queria-se da autorização do conselho para o acordo ser assinado, mais não pode ser assinado sem o arrendo do conselho que representa o poder executivo, do Instituto na pessoa da Presidente representante do Poder Legislativo na pessoa do presidente dos perdedores ativos que é a Maria e o Chisom e dos inativos que é a Daício. Dr. Bruno começou fazendo um assento na fala da Comissão ela disse que os investimentos foram regulares e na regularidade dos investimentos ele diz respeito a prolata e a portaria que são aplicações ou eram na época dos investimentos, na parte administrativa, qualquer outra coisa, criminal, não podemos argumentar se teve regularidade ou não. O conceito de fundo estornado, não necessariamente é um fundo que perdeu dinheiro, quando se investe num fundo, existe um capítulo no regulamento que fala dos fatores de risco do fundo, então se você investe num fundo e uma empresa cair a falir é normal empresas abrem e fecham todos os dias se houver um risco de crédito ou risco no liquidez está previsto no regulamento e um risco normal e comum a todos. Todos os riscos que eu investi não vou ganhar dinheiro não necessariamente.



se tudo der certo você vai ganhar dinheiro, se tudo der errado, você tem que desistir. É importante para que no final as perdas com os ganhos você tenha uma curva ascendente. O que é considerado fundo estagnado é quando acontece um fator de risco não previsto no regulamento como: fraude ou desvio, e o que a gente entende que pode ter acontecido no caso das cascatas, desde dezembro de 2021, como camis um entrace grande com o pessoal da Fenon, São Geraldo do Amariante, Uruacanaú, e Mosoro por os mais ativos investidores dessa cascata e começamos a ser um incômodo muito grande pra eles, começamos a traçar uma estratégia em dezembro de 2021, as reuniões e titular foram intensas, nós conseguimos recusa no sentido de destituir as pessoas físicas que são os administradores do Fenon das empresas, a cascata era estruturada da seguinte forma: um fundo na parte de cima um fidei jurem aplicado 100% no fidei, um fundo era dono 100% do fundo de baixo, em último aplicado nas empresas, nas sociedades de onde tinham uma rentabilidade abaixo das sociedades tinham empreendimentos tipo: hotel fazenda no Papiá, um terreno grande em São Paulo que eles iam construir para gerar uma rentabilidade que comandava os fundos, comandava as empresas que acabava comandando os empreendimentos. Conseguimos uma estratégia conseguimos eleger um conselho de administração do diretório das empresas, eles eram maioria no fundo, eram impedidos pelo fato de terem relações entre si e assumirem a administração, indicamos os membros que achamos mais interessantes, eles perderam poder, foi uma estratégia para poder pressionar eles, tivemos algumas assembleias, concursos turbulentos, o pri-



82  
dente o secretário discalca o pessoal muito, pois  
ficavam falando o tempo todo ficando tumultuando,  
sem razão, sem propriedade, as assembleias eram  
virtuais em virtude da pandemia, tentamos pressionar  
para se chegar em um acordo, porque se nós formos  
seguir no rio do judicialização pelas duas duas  
decisões, muito melhor tentar um acordo. Em maio  
do ano passado o advogado deles fez um proposta  
no sentido de se buscar um acordo, aparentemente  
se ele uma pessoa pensata de boa fé, muito  
transparente. Eles tinham feito algumas propostas que  
a gente não aceitou, propostas para começar a  
pagar em dois anos, em quatro anos nós concordamos  
nossa participação no fundo pra eles e pagariam  
quatro anos para pagar e a garantia pelo as ações  
da própria empresa, foram feitas inúmeras propostas.  
Nós fizemos uma contra proposta dizendo que precisa-  
riamos de uma garantia real ou uma entrada de um  
como garantia real um imóvel grande valioso a  
documentação do imóvel muito grande, uma coisa super  
complicada para analisar, entre várias reuniões  
presenciais que o Dr. Bruno participou em São Paulo.  
O imóvel ofertado como garantia já tá gravado,  
neste caso já tinha alienado fiduciariamente, não  
foi a proposta para o terceiro não pode  
alienar fiduciariamente uma sequência de. Foi  
explicado que não adiantaria colocar o dinheiro  
que foi investido sete milhões, pois temos que ter uma  
rentabilidade. Vamos supor que temos 100 cotas do  
fundo se cair das uma entrada de 15% eu entã  
colando 15 (quingze) cotas, o acordo com valor global  
que encobre São Gonçalo do Amarante, Uvaí e  
Alorow, tratando resolver todos. Fizemos esse acordo



com entrada, des caõ pagar uma entrada e quatro parcelas semestrais, se tudo der certo pra anindelo o acordo dia 14 de fevereiro de 2023, a entrada pra dia 20/03/2023 e depois parcelas semestrais 20/06/2023 e 10/12/2023 proximo ano 10/06 e 10/12/2024 que nesta data o problema tenon estario resolvido. A! garantia de que os pagamentos serã feitos sucessivamente, pois a entrega do atico pra a medida que foi feito o pagamento foi estabelecido as seguintes condicoes, primeiro aninamos o acordo dia 14/02/2023 se dia 20/06/2023 quando for para entregar o atico no for pago condicoes resolvidas, o acordo perde totalmente a validade, volta para o que era antes, se for pago dia 20/06/2023 segue o acordo e ai eu vou exigir uma garantia de fianca bancaria e uma garantia de alienacao fiduciaria dos suas acoes em numero de acoes correspondente ao valor das obrigacoes, depois foi a negociacao do valor que a rentabilidade, nos pagamos as aplicacoes que foram feitas e trouxemos para fucurio atualizado por IPCA + 2%, hoje foi o de ganho, entao a consultoria de valores mobiliarios vai atualizar ate ganho e a AMB IMA solta o IPCA proptado para fucurio entao nos podemos perder rentabilidade nesse periodo, o unico periodo em que nos teremos rentabilidade e do dia 01/03/2023 to 20/03/2023 o que da para diguir uma situaco. No periodo do pagamento tambem vai ter uma rentabilidade pa que vai parar dois anos para pagar, entao se fosse um valor estatico, nos aplicamos 7,5% que e o valor da poupanca. Entao dos sete milhoes que tinha aplicado com entrada e quatro parcelas semestrais ate outubro ate outubro do ano pasado claria R\$ 10. 217.825,93 que e o que costumo vai ter uma atualizaco em valor vai aumentar. Sempre o Dr. Bruno e o



representantes dos RPPS que são todos advogados estão sempre trocando ideias buscando o que de melhor colocar no acordo colocando princípios da cooperação da boa fé os que insistem muitas vezes no sentido de fazer com que ele tenha conteúdo para cumprir o acordo. Diante de tudo que acontece é bem possível que eles queiram cumprir o acordo pois está aqui por eles e ultimamente, se não conseguirmos fechar esse acordo ou um outro acordo será mais demorado e não sabemos se vamos receber ou não algum tipo de ressarcimento desse valor em tempo e dinheiro tem um valor no tempo. Então quanto mais cedo a gente resolver minimamente razoável e economicamente interessante e economicamente viável e interessante para todos. O objetivo era expor em todos os detalhes, as cláusulas mais importantes e o quanto se evoluiu para chegar hoje, muitas reuniões. Os casos e Dr. Bruno viajou a São Paulo para uma reunião de os foras, pois era um momento chave do reunião, pois não queria negligenciar a negociação. O conselheiro Bacci pediu para dar o parecer que se esse trabalho recuperasse só o valor principal ele já estaria de acordo, ou seja só o valor nominal de estaria concordando. Camille como não está aqui só na posição de presidente do conselho, também é gestor dos recursos, presidente do Instituto de previdência acumulando assim três responsabilidades tem o mesmo entendimento do colega, mais temos que perseguir aquilo que é melhor. Dr. Bruno é muito mais defensor perante os órgãos de fiscalização, a 2ª pres. e Tribunal de contas podem não responsabilizar, como o dinheiro tem um valor no tempo, são inúmeras coisas que são encobertas tentar deixar o mais defensor possível um acordo que seja viável. Todos os conselheiros



scitariam o acordo, falavam sim um a um. O que  
 aconteceu com a Lais Mauá do Brasil, quando come-  
 çaram os problemas, se tivessem toneladas estacionar,  
 como a atual gestão fez a partir de dezembro de 2021,  
 talvez tivesse conseguido recuar como estamos conse-  
 guindo recuar os investimentos de Fenon e Fontener.  
 O Bruno. Relativo a cascata da Lais Mauá que encos-  
 ce 20 milhões, estamos buscando duas estratégias uma  
 administrativa-outra judicial, participamos de reuniões  
 com o secretário de Previdência, com a CVM, próximo  
 mês com o consultor-geral do Inps, existe uma act  
 pronta para protocolar, que já foi revisado. Lamilk.  
 Essa atuação está sendo permanente com encontros  
 semanais e contando com o apoio de Caucaio relativo a  
 Lais Mauá, pois esse município foi o maior investidor da  
 Lais Mauá do Brasil, e contamos com o apoio do RPPS do  
 Mato, tivemos uma conversa na sexta-feira e estamos  
 tentando uma reunião em Brasília para conseguir resolver,  
 essa reunião e com o Secretário de Previdência. O Bruno. Ano  
 passado tiveram duas reuniões, cinco evoluindo aí o  
 governo mudou o secretário foi esonerado aí vamos  
 começar do zero. Lamilk. Hoje está em pauta a autori-  
 zação para que o acordo seja assinado, a medida que eles  
 forem desobrigando o calor será transferido as cotas. Essas  
 informações são enviadas mensalmente para o secretário  
 de Previdência através do demonstrativo de investimentos o  
 DAI, todos os meses temos que justificar por quê podemos  
 ter 5% de investimentos do nosso patrimônio líquido  
 investido em FIPE e hoje passamos um pouco de 7% para  
 que possamos emitir o ERP, precisamos nos justificar perante  
 o Secretário de Previdência de que estamos desenganchados  
 de acordo com as regras que eles impõe, embora desenga-  
 nados precisamos está justificando que isso não ocorre.



de uma irresponsabilidade do atual gestor mais  
de um atico que foi herdado por um outro.  
Dr. Bruno é bom dizer que esse desequilíbrio,  
foi herdado de um atico e que chamamos de  
desequilíbrio passivo, não foi a gestora que  
tomou a iniciativa de adquirir mais FIPE que  
ela poderia com 5% do tempo e FIPE FIM, como  
ele foi liquidado e recebeu FIPE por um que  
desequilíbrio, praticamente comigo. Assim  
todos os meses quando a gente encia o demonstra-  
tico tem que enciar logo depois e gera uma  
notificação de irregularidade que tanto eu como  
gestora de incentivos quanto o prefeito  
recebem, todos os meses o chefe de gabinete  
liga querendo esclarecimentos, tem que explicar  
pro prefeito para dar ciência, tudo sempre é  
comunicado ao prefeito e comunicado ao com-  
lho. Nós recebemos dois ofícios do Ministério Público  
Estadual e uma act conjunto que envolve todos  
os RPPs do Estado de Ceará. Quando recebemos  
estas irregularidades se trata da reforma da Previdência  
nária do novo déficit atuarial e de repasse em  
atrazo, a reforma da previdência terá que ser  
debatido com muito cuidado pra não adotar  
prejuizo para a previdência e nem para o RPPs, o  
déficit atuarial foi feito com base de 2017,  
então foi pedido uma prorrogação de prazo  
por que não é da nossa conta e o atuário está  
mais detalhadamente nas informações para poder.  
Este livro contém de 100 folhas que destinou-se a  
lavatura das Atas de Reunião do Conselho Municipal de  
Previdência São Gonçalo do Amarante 14 de Fevereiro de  
2023. Alasti Antônio Martins Aluísio Martins Moura



1

continuações: justificar. Deficit atuarial sempre vai existir porque são suposições, são várias situações e muito mutual e reajustes acontecem aumento de deficit atuarial tem todas essas variáveis e o último item e relativo a repasse de fato tivemos problemas de repasse, em 2021 e demonstrativos de repasse estava em atraso desde março de 2020, foi aberto uma auditoria pelo próprio ministério, na documentação foi constatado de que as duas parcelas do parcelamento que é o único parcelamento que existe estava em aberto, eles informaram que tinha sido pago quando na verdade não tinha sido, teve que ser encaminhado as informações relativas ao repasse das contribuições do mês quanto parcelamento tudo que pedíamos tem que ser informado ao ministério, teve que ser feito desde 2014, foi pago as duas parcelas para se tirar a pendência, toda essa informação foi encaminhada para o Ministério da Previdência dentro da resposta da auditoria, todas as informações foram pedidas, na Secretaria de Previdência todos os setores nos atenderam, nós só o setor de investimentos por que tinhamos problemas em todos os setores, pois precisamos aproveitar a viagem para resolver todas as pendências. Conselho de Aca perguntou: que as duas estavam como papos, mais o conselho para do caixa lamille. não tinham sido pagas, quem paga e a perpetua e executiva quem estava em atraso ele firmou parcelamento e hi não cumpriu, poderia até ser rescindindo o acordo de parcelamento, mais como eles enviaram as informações de que tinha sido pago o ministério não tomou conhecimento se tomou conhecimento quando abriu a auditoria



que teve que mandar todas as informações, pois foi desatualizadas a situação encaminhou-se para o Ministério Público para Polícia Federal por que se trata de um crime que foi inserido dados falsos no sistema de informações do Ministério do Comércio e Indústria, foi pago a atual gestão que pagou com recursos públicos, mais os juros está sendo objeto de uma ação de cobrança por que a administração pública não pode pagar juros nem multa, mas valores está sendo cobrados dos gestores da gestão anterior, a proposta de acordo foi aprovada semana que vem o Sr. Bruno vai para São Paulo, presidente do Instituto não vai por que é desnecessário, mas está tudo sendo acompanhado, para assinatura o acordo pelo presidente digitalmente, inclusive está previsto no contrato para assinar, o Sr. Bruno vai ficar dois dias pois se não der certo o acordo no primeiro dia tem o segundo dia para tentar resolver, está previsto na última disposição do contrato para assinado em todas as páginas com firma reconhecida ou eletronicamente tem uma previsão no contrato, até do outro parte se não podem assinar presencialmente, eles assinam pelo celular, computador existe uma previsão, foi discutido essa possibilidade. A presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrado a reunião.

*Présidente*  
Mariana Nunes Gomes  
Evandro Allison A. de Oliveira  
Darcia Faria Lopes  
Claudio Alberto Muniz  
*Présidente*